



# **INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUE ESTÃO DESATUALIZADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA - PNLDs DE 2014 E 2015**

---

**Luiz Paulo Ferreira**

*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*

**Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa**

*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*

## **Resumo**

O Livro Didático se constitui como um dos principais recursos didático-pedagógico, com equidade de conteúdo, destinado aos professores e estudantes de todo o país. Ao se deparar com esse fato, alguns questionamentos vieram à tona: os atuais Livros Didáticos de Geografia correspondem às atuais informações geográficas? O profissional de educação possui respaldo com essa ferramenta que chega às salas de aulas de todo o país? Qual o atual foco do conhecimento geográfico nos Livros Didáticos? A respeito da problemática, essas foram algumas reflexões que direcionaram o ímpeto da pesquisa. A pesquisa buscou esclarecer o motivo de desatualizações encontradas na maioria dos Livros Didáticos de Geografia aprovados nos PNLDs de 2014 e 2015 da Educação Básica sobre alguns Conteúdos Geográficos, a saber: os Fusos Horários do Brasil; as Capitânicas Hereditárias do Brasil (séc. XVI); a Amazônia Azul e os Rios Voadores. Utilizando-se de pesquisa de campo com acadêmicos do Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia (UEMS), Curso de Bacharelado em Turismo (UEMS) e o Curso de Bacharelado em Geografia (UFMS), analisou-se assim, até que ponto os conteúdos desatualizados incorrem em prejuízos aos profissionais da educação, assim como, para os alunos.

**Palavras-clave:** Geografia; Livro Didático; Conteúdos Geográficos.

## **IMPORTANT INFORMATION THAT ARE OUTDATED IN THE GEOGRAPHY TEXTBOOKS - PNLDs 2014 AND 2015**

---

## **Abstract**

The textbook constituted as one of the main didactic and pedagogical resources, and it destined for teachers and students from around the country. Faced with this fact, some questions have surfaced: Does the current textbooks of Geography correspond to the current geographical information? Do the teachers have support with this tool that comes to classrooms across the country? What is the current focus of geographical knowledge in textbooks? Regarding the issue, these

were some thoughts that drive the momentum of research. The research sought reasons to explain why the majority of textbooks of Geography of basic education approved in 2014 and 2015 PNLDs are outdated in some subjects, such as: the time zones in Brazil, the Hereditary captaincies of Brazil (XVI century); the Blue Amazon and the Flying Rivers. Sought through field research with academic course of Geography and Tourism of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) and the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) analyze to what extent the contents that are outdated, it harms teachers and students.

**Keywords:** Geography, Textbook, Geographic content.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira se constitui na sua maior parte de Escolas Públicas com educação gratuita aos jovens e adultos para todo o país. Assim, o Livro Didático se constitui como um dos principais recursos didático-pedagógico custeado pelo Governo Federal. Ao deparar-se com textos desatualizados nos Livros Didáticos de Geografia, irrompeu a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada neste material didático utilizado na Educação Básica do país. Mas o que é Livro Didático? Para que serve? A essas perguntas Tavares (2011) salienta,

A definição do termo “livro didático”, ou “compêndios,” surgiu pela primeira vez no Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 – Art2. Desde essa época, o livro didático, cuja proposta obedece aos programas curriculares escolares, é destinado ao ensino e deve ser utilizado na escola. (TAVARES, 2011, p. 76).

Atualmente, apesar dos incentivos aos educadores para utilizarem os recursos tecnológicos em salas de aulas, os Livros Didáticos ainda são as principais ferramentas para efetivar o ensino-aprendizagem dos alunos. A respeito disso, Vesentini (2008, p. 55), informa que: “[...] o que se constata na realidade é que o Livro Didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte última de referência e contrapartida [...]”. Sendo assim, Vesentini (2008, p. 56) propõe aos professores utilizarem, criteriosamente, os Livros Didáticos, confrontando-os com outros livros, revistas e jornais. Segundo Vesentini (2009, p. 134),

[...] com base em pesquisas feitas em 1995-6 por alunos do meu curso, *Geografia Crítica e Ensino*, nas antigas Delegacias Regionais de Ensino da Grande São Paulo, quando constatamos que 54% dos professores de Geografia na rede pública (de 5ª a 8ª séries e no ensino médio) não são formados nesta disciplina, sendo estudantes (principalmente de História, Ciências Sociais

ou Geografia) ou engenheiros, advogados, teólogos ou seminaristas, historiadores ou sociólogos etc. A única referência que grande parte desse pessoal possui, sobre as mudanças na Geografia, é a que está contida nos (poucos) bons livros didáticos, que algumas vezes eles usam para preparar suas aulas (mas não como livro-texto dos alunos, que no máximo possuem um caderno). Se essa é a realidade da Grande São Paulo, o centro dinâmico da economia nacional, imagine-se então a situação mediana no restante do país! (VESENTINI, 2009, p. 134).

Observa-se que, a questão que gira em torno do Livro Didático se encontra, até os dias de hoje, enigmática e problemática, pois, na realidade atual o Livro Didático é, para a maioria dos profissionais de educação, a principal ferramenta na sala de aula, visto que a educação ainda se encontra sucateada no quesito de suficiência de recursos e, profissionais capacitados em suas respectivas áreas. Muitos pesquisadores abordaram a necessidade de qualificar os Livros Didáticos para a educação no país. Nessa perspectiva, Megid Neto e Fracalanza (2003) salientam que:

[...] pesquisadores acadêmicos vêm se dedicando há pelo menos duas décadas a investigar a qualidade das coleções didáticas, denunciando suas deficiências e apontando soluções para melhoria de sua qualidade. Podemos citar, por exemplo, os trabalhos de PRETTO (1983), MORTIMER (1988), FRACALANZA (1993), PIMENTEL (1998) E SPONTON (2000). No entanto, suas vozes – via-de-regra – não são ouvidas nem pelas editoras e autores de livros didáticos, nem pelos órgãos gestores das políticas públicas educacionais. (MEGID NETO; FRACALANZA, 2003, p. 147).

Diante disso, observou-se que a problemática da qualidade dos Livros Didáticos ultrapassa duas décadas e os atuais procedimentos adotados pelo Ministério da Educação (MEC) para as aquisições e substituições do material didático ainda não satisfazem as necessidades dos estudantes e profissionais da educação brasileira.

Nesse sentido, o professor, autor e historiador Doratioto (2013) argumenta sobre o motivo das desatualizações nos Livros Didáticos.

Leva alguns anos até os resultados de uma pesquisa original chegarem aos livros didáticos dos ensinamentos Fundamental e Médio. Muitas vezes editoras e autores de livros didáticos não querem fazer essas inclusões, por comodidade ou custo financeiro. Ademais, o professor

do Fundamental e do Médio, que é um herói, pois ganha pouco e trabalha muito em condições precárias, não tem tempo e nem dinheiro para se atualizar. [...]. (DORATIOTO, Francisco. Ministério da Educação. FNDE-PNBE PERIÓDICOS, 2013, Ano 9, nº 97. Outubro 2013. p. 43).

Talvez esteja aí o motivo das desatualizações encontradas na maioria dos Livros Didáticos de Geografia aprovados nos PNLDs de 2014 e 2015 da Educação Básica, visto que as edições dos Livros Didáticos aprovados pelos pareceristas são de, no mínimo, dois anos anteriores ao calendário do Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD).

Em nosso entendimento, a problemática encontrada nos textos dos Livros Didáticos de Geografia reflete, não somente na formação dos alunos da Educação Básica, mas no conhecimento geral, visto que a maioria dos estudantes do último ano do Ensino Médio desse período de 2014 a 2017 fizeram ou farão uso de seus conhecimentos baseados em um dos principais recursos didático-pedagógico, os Livros Didáticos, para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares e Concursos Públicos.

Observou-se também, que o foco da Geografia como Ciência se encontra na maioria dos textos dos Livros Didáticos de Geografia pesquisados, priorizando a Geografia Crítica, haja vista que os assuntos sobre Conflitos Sociais e Lutas de Classes estão mais atualizados que os conteúdos da Geografia Física, como por exemplo, os Fusos Horários Brasileiros e as Capitanias Hereditárias.

Diante dessas observações, foram adotados os procedimentos gerais, conforme sugere Lakatos e Marconi (2012), com levantamento de fontes variadas em documentos governamentais (pesquisa documental), Livros Didáticos de Geografia aprovados pelo PNLD 2014 e 2015, fontes secundárias do meio eletrônico e impresso (pesquisa bibliográfica), complementados ainda com pesquisa quantitativa e qualitativa.

Realizou-se neste estudo pesquisa de campo com questionários mistos contendo perguntas abertas e fechadas sobre os Conteúdos Geográficos relacionados ao ensino da Geografia na Educação Básica e no Ensino Médio. O questionário foi aplicado nos meses de Março e Abril de 2015 aos acadêmicos do Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia (UEMS), do Curso de Bacharelado em Turismo (UEMS) e do Curso de Bacharelado em Geografia (UFMS), totalizando 161 questionários aplicados com respectivas análises das respostas.

A pesquisa de campo buscou saber qual o grau de conhecimento desses acadêmicos sobre os Conteúdos Geográficos abordados na pesquisa, visto que a maioria dos acadêmicos entrevistados concluiu o Ensino Médio recentemente e puderam fornecer informações sobre os quatro assuntos, com maior relevância.

Os quatro Conteúdos Geográficos abordados nesta pesquisa foram: os Fusos Horários do território brasileiro; as Capitanias Hereditárias; a Amazônia Azul e os “Rios Voadores”. Considerando a relevância desses conteúdos buscou-se se estes

foram cobrados em ENEMs, vestibulares e Concursos Públicos nos últimos dez anos. Esta pesquisa foi feita considerando material disponibilizado na Internet.

Desse modo, buscou-se saber o motivo das desatualizações nos Livros Didáticos de Geografia, visando ao final dos trabalhos, sugerir melhoria nas atualizações desses livros e conseqüentemente uma melhor qualificação na profissionalização dos acadêmicos.

### CRITÉRIOS DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (MEC) PARA REVISÕES E SUBSTITUIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/2015), o processo de substituição dos Livros Didáticos funciona da seguinte forma: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é executado em ciclos trienais. O FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino que repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a triagem é realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Após a seleção dos livros, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. As resenhas dos livros aprovados passam a compor o Guia de Livros Didáticos, auxiliando os professores na escolha dos livros aprovados.

As obras inscritas e publicadas em edital são avaliadas pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, que elabora o Guia do Livro Didático, composto por resenhas das obras aprovadas, sendo disponibilizado às escolas participantes pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação, conforme calendário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Figura 1.



Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Coordenação-Geral dos Programas do Livro – CGPLI

#### CALENDÁRIO DE ATENDIMENTO – PNLD

Ano de Atendimento	Distribuição Integral dos Livros Didáticos	Reposição Integral de Livros Consumíveis	Reposição e Complementação Parcial de Livros Reutilizáveis	Distribuição dos Acervos
2012	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Alfabetização Linguística e Língua Estrangeira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2013	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares
2014	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	2º ao 5º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Literárias para Alfabetização na Idade Certa
2015	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização e Língua Estrangeira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2016	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares

E assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes

**Figura 1 – Calendário de atendimento – PNLD.**

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – 2012 a 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao/item/4510-calend%C3%A1rio-de-atendimento>.

Analisado os critérios adotados pelo Ministério da Educação para revisões e substituições dos Livros Didáticos oferecidos à Rede Pública de Ensino, observa-se que esses procedimentos nem sempre contemplam a realidade que acompanham as mudanças e avanços dos conhecimentos científicos na área da Geografia, visto

que várias mudanças ocorreram nesse período em termos gerais, assim como no campo da Geografia como Ciência e os Livros Didáticos não acompanharam.

### **ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS**

Iniciou-se assim, análise a partir dos Livros Didáticos de Geografia da Educação Básica aprovados para o período letivo de 2014 a 2016 para as Séries Iniciais (6º ao 9º ano), conforme Guia de Livros Didáticos (PNLD 2014). Em seguida analisou-se treze coleções dos Livros Didáticos de Geografia aprovados para o período letivo de 2015 a 2017 (PNLD 2015) para o Ensino Médio (D.O.U, 2014), buscando informações sobre os quatro assuntos seguintes:

- a) Fusos Horários do Brasil;
- b) O mapa das Capitanias Hereditárias;
- c) A Amazônia Azul;
- d) “Rios Voadores”.

Desse modo, constatou-se que a maioria dos Livros Didáticos de Geografia, aprovados no PNLD 2014 e 2015 para o período de 2014 a 2017, respectivamente, são de edições de 2012 e se encontram com Conteúdos Geográficos desatualizados ou não abordados. Considerando que os assuntos supracitados estão desatualizados nos Livros Didáticos e que dois deles foram incluídos nos Livros Didáticos de Geografia a partir de 2005, como a Amazônia Azul (TORRES; FERREIRA, 2005) e “Rios Voadores” (CAMPOS FEST, 2009). Conclui-se que as desatualizações dos Livros Didáticos de Geografia, nesses dois casos, ocorrem a mais de uma década.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS**

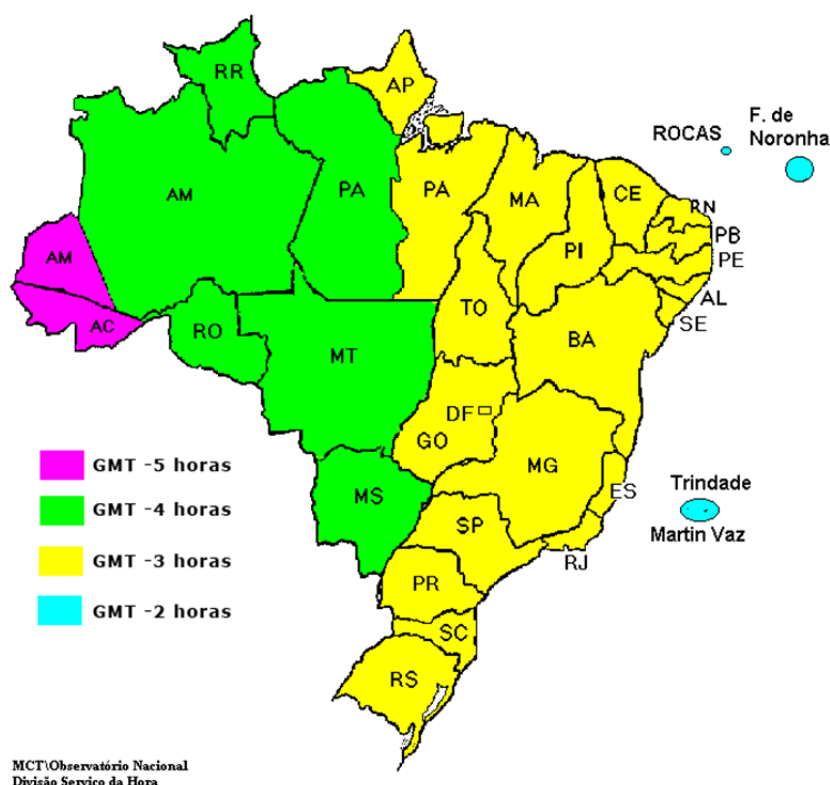
#### **FUSOS HORÁRIOS DO BRASIL**

No Brasil, até 1913, o fuso horário era único e estabelecido pelo Estado do Rio de Janeiro, até então Capital dos Estados Unidos do Brasil, porém, em 06 de Setembro de 1911, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados recomendaram-se a adoção de um sistema padrão de horas “[...] visto que ao lado da hora do Rio, usada nas estações telegraphicas [sic] da União, encontram-se horas locais [sic] as mais variadas e arbitrarias, [...]” (Observatório Nacional. Ministério das Ciências e Tecnologias: Fusos Horários. Histórico. 2015).

Em 18 de Junho de 1913 o Congresso Nacional aprova o projeto de Lei nº 2.784 e o presidente Hermes da Fonseca sanciona em 05 de Novembro de 1913 o Decreto nº 10.546 que aprova e regulamenta a Lei nº 2.784 de 18 de Junho de 1913, sobre a hora legal para todo o Território da República dos Estados Unidos do Brasil, que passou a vigorar a partir de 01 de Janeiro de 1914. A partir de todo esse arcabouço jurídico, o Território da República ficou dividido em quatro fusos horários seguindo o Meridiano de Greenwich como referência.

O primeiro fuso foi instituído com menos duas horas em relação ao Meridiano de Greenwich, abrangendo o Arquipélago de Fernando de Noronha e a Ilha de

Trindade. O segundo fuso com menos três horas abrangendo todo o litoral do Brasil e os Estados interiores, menos o Estado de Mato Grosso e Amazonas e parte do Estado do Pará. O terceiro fuso com menos quatro horas abrangendo o Estado do Pará (PA), tendo como o Oeste da linha precedente, o Estado de Mato Grosso (MT), parte do Estado do Amazonas que fica a leste, partindo de Tabatinga até Porto Acre. O quarto fuso com menos cinco horas abrangendo assim o descrito no Decreto nº 10.546 de 05 de Novembro de 1913, compreendeu o território do Acre (AC) uma pequena parte Oeste da Amazônia, conforme Figura 2.

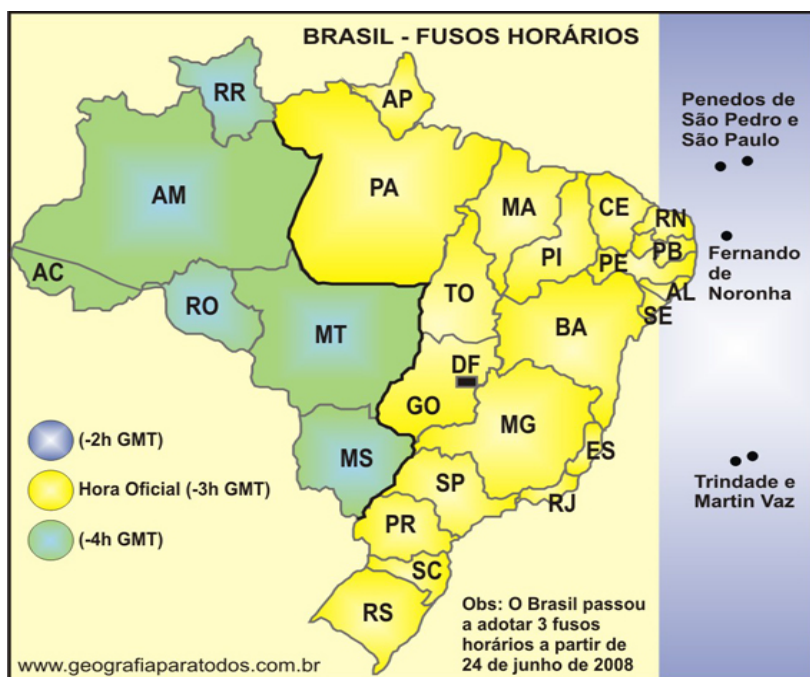


**Figura 2 - Mapa do Brasil - Fusos Horários (1913/2008).**

Fonte: Observatório Nacional. Disponível em: <<http://www.on.br/conteudo/dsho/servicos/fusos/fusos.html>>

Em 24 de Abril de 2008, o Governo Federal brasileiro aprovou a Lei nº 11.662 alterando o Decreto nº 2.784 de 18 de Junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários do Estado do Acre (AC) e de parte do Estado do Amazonas (AM). Passando do fuso horário de Greenwich de menos cinco horas para menos quatro horas, e da parte ocidental do Estado do Pará (PA) do fuso horário de Greenwich de menos quatro horas para menos três horas, assim, criou-se um novo mapa dos fusos horários do território brasileiro, conforme Figura 3.





**Figura 3 - Mapa do Brasil - Fusos Horários (2008/2013).**

Fonte: Disponível em: <[www.geografiaparatodos.com.br](http://www.geografiaparatodos.com.br)>

Entretanto em 30 de Outubro 2013 o Governo Federal brasileiro, por meio da Lei nº 12.876 altera o Decreto nº 2.784, de 18 de Junho de 1913 e restabelece os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, revogando a Lei nº 11.662, de 24 de Abril de 2008. O Estado do Acre (AC) e parte oeste do Estado do Amazonas (AM) passam a ter cinco horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich e duas horas a menos em relação à hora oficial do Brasil, ficando assim estabelecido:

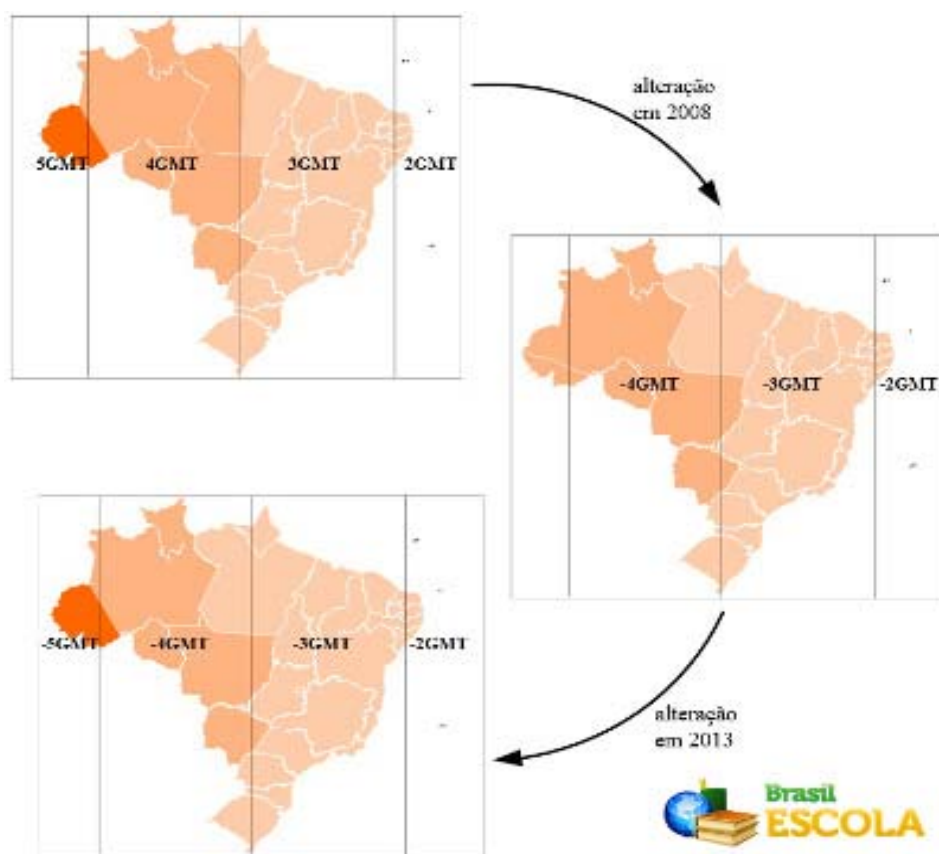
- O primeiro fuso horário brasileiro, com duas horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich e uma hora adiantadas em relação ao horário da capital do país (Brasília-DF), abrangendo o arquipélago Fernando de Noronha e as Ilhas de Trindade (PE) e Penedos de São Pedro e São Paulo.
- O segundo fuso horário brasileiro, com três horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich, abrange o Distrito Federal (DF), os Estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Tocantins (TO), Bahia (BA), Sergipe (SE), Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN), Ceará (CE), Piauí (PI), Maranhão (MA), Pará (PA), Amapá (AP).
- O terceiro fuso horário brasileiro, com quatro horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich, abrange os Estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Rondônia (RO), Roraima (RR) e a parte do Estado do Amazonas (AM) a leste, a partir do Município de Tabatinga (AM) até o Município de Porto Acre (AC).



➤ O quarto fuso horário brasileiro, com cinco horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich, abrange o Estado do Acre (AC) e a parte sudoeste do Estado do Amazonas (AM).

Contudo, a parte Ocidental do Estado do Pará (PA) manteve-se com três horas a menos em relação ao Meridiano de Greenwich, continuando assim no segundo fuso horário, conforme Figura 4. Convém lembrar que, fusos horários são questões de ENEMs, Vestibulares e Concursos Públicos, conforme se observou nos ENEMs (2002-2008-2014), Vestibular da (UFMG-2009) e (UNESP-2013).

Sendo assim, se constatou por meio de pesquisa que os Livros Didáticos de Geografia aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), PNLD 2015 para o período de 2015 a 2017 apresentam três fusos horários, em discordância com a Lei nº 12.876 aprovada em 30 de Outubro de 2013, onde restabeleceu quatro fusos horários para o Território Brasileiro.



**Figura 4 - Mapas do Brasil - Fusos Horários (1913/2008/2013).**

Fonte: Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/afinal-quantos-fusos-tem-brasil.htm>>

### **CAPITANIAS HEREDITÁRIAS DO BRASIL SÉC. XVI**

A linha imaginária do Tratado de Tordesilhas atravessa o Continente Americano de norte a sul e as faixas horizontais dividindo as Capitanias Hereditárias em quinze lotes. Abaixo, exemplo de imagens de mapas das Capitanias Hereditárias que se encontram nos Livros Didáticos de Geografia aprovados para o período

letivo de 2014-2016 para o Ensino Fundamental e Livros Didáticos de Geografia aprovados para o período letivo de 2015-2017 para o Ensino Médio, conforme Figura 5.



Figura 1 – Mapa das capitânicas de autoria de Manoel Maurício de Albuquerque, extraído do Atlas histórico escolar do MEC.

**Figura 5 – Mapa das Capitânicas Hereditárias do Brasil Colônia séc. XVI.**

Fonte: Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/anaismp/v21n2/a02fig01.jpg>

Assim, diante de divergências encontradas, Cintra (2013) recorreu às fontes para analisar e propor a reconstrução de um mapa que fosse fidedigno, conforme relata em seu trabalho, a saber:

Examinando-se o mapa do MEC com cuidado, nota-se que há algumas falhas ou omissões com os quais iniciamos nossa problematização acerca da representação cartográfica das capitânicas. Em primeiro lugar, o mapa está em uma projeção (não indicada, mas provavelmente a policônica), em que os Meridianos são curvos com a concavidade voltada para o Meridiano Central da projeção e os paralelos com a concavidade voltada para o Polo Sul. Nesse esquema, o Meridiano de Tordesilhas deveria ser desenhado com a curvatura correspondente e foi traçado como uma reta, por simplicidade, ao que tudo indica. Esse mapa apresenta de maneira basicamente correta os pontos de fronteira entre as capitânicas, mas o Cabo de Todos os Santos está

desenhado a oeste da baía do Maranhão quando na realidade situa-se a leste. (CINTRA, 2013, p. 2).

O trabalho de Cintra (2013), “Reconstruindo o Mapa das Capitânicas Hereditárias” está fundamentado em pesquisas de várias obras como, por exemplo: História Geral do Brasil (1854) do Visconde de Porto, onde consta um mapa das Capitânicas Hereditárias proposto por Varnhagen.

Cintra (2013) verificando as lacunas históricas recorreu a fontes primárias (obras originais) para dirimir os prováveis equívocos em questão. Além de algumas distorções observadas às comparações dos mapas com os documentos originais na Torre do Tombo em Lisboa, o pesquisador utilizou uma metodologia que propõe um novo mapa para as Capitânicas Hereditárias, conforme ilustração da Figura 6.

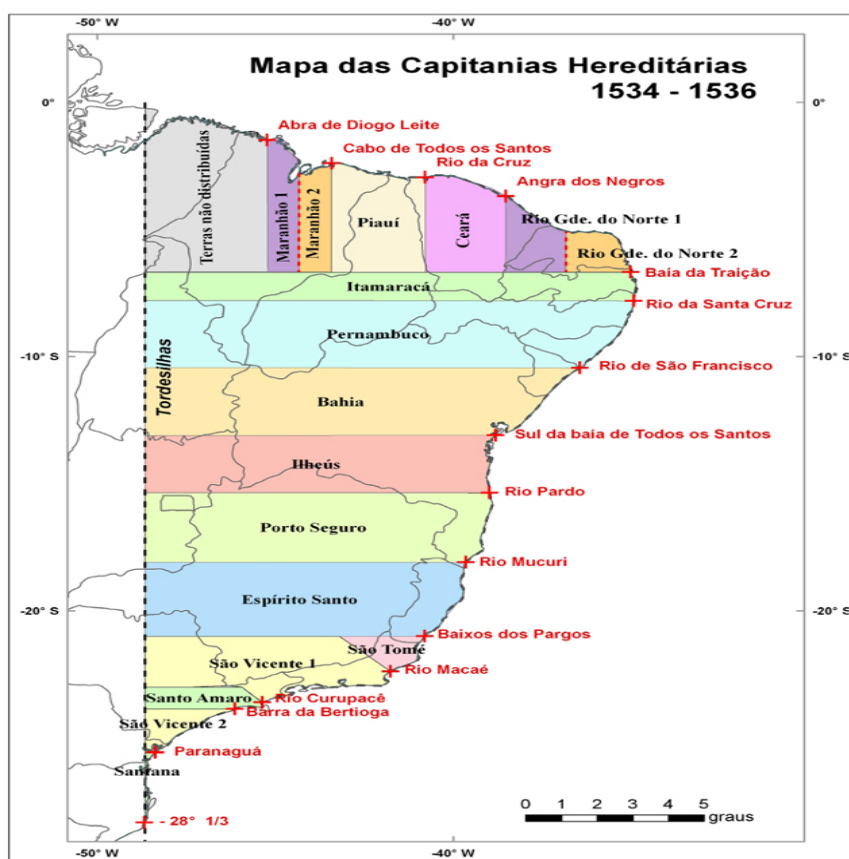


Figura 10 – Proposta do novo mapa das capitânicas hereditárias. Desenho do autor.

**Figura 6 – Novo Mapa das Capitânicas Hereditárias do Brasil Colônia séc. XVI - Proposta de (CINTRA, 2013).**

Fonte: Disponível em: [www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo).

Ainda a respeito do assunto, Cintra (2013) salienta que sugeriu as modificações do mapa atual nos Livros Didáticos, a saber:

Como se pôde ver, esteve-se trabalhando sempre às luzes e sombras de Varnhagen. Para dar um passo além, foi necessário aprofundar nos textos originais das cartas de doação e forais, contando também com o auxílio da cartografia histórica e digital, o que permitiu sugerir diversas modificações ao padrão atual. Foi feita uma proposta cartográfica, como alternativa ao modelo proposto por esse autor há mais de 150 anos. Mais do que concluir, espera-se ter contribuído para abrir novos debates sobre o tema. (CINTRA, 2013, p. 15).

A proposta de reconstrução de um novo mapa das Capitanias Hereditárias do Brasil encontra-se publicada desde Julho de 2013, porém, a descoberta científica e histórica encontra-se ignorada nos atuais Livros Didáticos de Geografia.

### **AMAZÔNIA AZUL**

O conceito “Amazônia Azul” foi criado pela Marinha do Brasil a partir da publicação de um artigo no jornal Folha de São Paulo em 25 de Fevereiro de 2004, onde o Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, à época, Comandante da Marinha Brasileira, onde correlacionou à riqueza e dimensão do Território Marítimo brasileiro com a da Amazônia Legal,

[...] “há uma outra Amazônia, cuja existência é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto o foi aquela por muitos séculos. Trata-se da Amazônia Azul, que, maior do que a verde, é inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de perceber-lhe as ameaças.” A partir daí, a expressão Amazônia Azul passou a ser utilizada com frequência. É empregada em documentos formais, como, por exemplo, na Política de Defesa Nacional (Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - Brasil - N. 06 - Mar 2007 - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2007, p. 36).

A imensa extensão de mar brasileiro, com 3,5 milhões de quilômetros quadrados, constituída pela soma da Zona Econômica Exclusiva já vigente, com a Plataforma Continental estendida 911.000 Km<sup>2</sup> (reivindicada perante as Nações Unidas) caracteriza a Amazônia Azul. (CARVALHO, 2005, p. 17-18).

Autores, como por exemplo: Torres e Ferreira (2005), Carvalho (2007), Abreu (2007) e Martins (2009), escreveram sobre esse assunto. Carvalho (2007, p. 13-14) tem divulgado estudos científicos sobre a Amazônia Azul.

Sobre este assunto, a Constituição Brasileira de 1988, Cap. II, Art. 20, p. 9 estabelece como Bens da União: lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva e o mar territorial. Atualmente, conforme (ABREU, 2007, p 31.), “com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM – 1982) temos: até doze milhas, o Mar Territorial, onde o Estado costeiro exerce soberania plena em relação às águas, solo, subsolo e espaço aéreo sobrejacente”.

A Zona Contígua, a partir das linhas de base que medem a largura do Mar Territorial se estende até às vinte e quatro milhas marítimas, superpondo-se a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que se estende do limite do Mar Territorial até duzentas milhas, conforme mapa da Figura 7.



**Figura 7 – Amazônia Azul.**

Fonte: Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>>

A soma da ZEE (Zona Econômica Exclusiva) com aproximadamente 3.539.919 milhões de Km<sup>2</sup> com a PC (Plataforma Continental) com cerca de 911.847 km<sup>2</sup>, conforme reivindicação do Governo Brasileiro junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfazem um total de 4.451.766 km<sup>2</sup>, correspondendo, aproximadamente a 52% da área continental do Território Brasileiro. A essa área com incalculáveis recursos naturais denomina-se Amazônia Azul.

A Amazônia Azul é assunto de interesse nacional, conforme estabelece a POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. Decreto Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU, de 01/07/2005, p. 5), a saber,

O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica que representa o Atlântico Sul. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul". Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro (Diário Oficial da União - DOU, de 01/07/2005, p. 5).

Entretanto, a "Amazônia Azul", não é do conhecimento da maioria dos estudantes, conforme pesquisa de campo realizado com 161 acadêmicos de duas Universidades Públicas de Campo Grande/MS.

A pesquisa bibliográfica na maioria dos Livros Didáticos de Geografia distribuídos à Rede Pública da Educação Básica constatou que o assunto "Amazônia Azul" foi divulgado, tão somente, em um Livro Didático de Geografia (Vedovate, 2010, p. 112-113) para os alunos do 6º ano (PNLD-2014).

Implica que, nem todas as escolas escolheram esses Livros Didáticos de Geografia e muitos dos alunos da Educação Básica deste período não tiveram acesso sobre este assunto por não haver homogeneidade nos Livros Didáticos.

### **RIOS VOADORES**

"Rios Voadores" é um projeto científico do explorador ambiental, engenheiro e piloto Gerárd Moss em parceria com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP), e a nova fase do Projeto Brasil das Águas que faz parte do Programa Petrobras Ambiental desde 2003, que também conta com a parceria da Agência Nacional das Águas (ANA).

Campos Fest (2009) cita o nome "Rios Voadores" como sendo:

[...] o nome Rios Voadores é uma alusão ao grande volume de vapor de água transportados pelas massas de ar existentes de norte ao sul do país. A iniciativa, que recebeu patrocínio de R\$ 2,5 milhões da Petrobrás, conta com a participação de uma dúzia de cientistas. (CAMPOS FEST, 2009, p. 35).



O Projeto consiste em captar amostras de vapor de água, que por meio de um mecanismo é resfriado com gelo seco a (-80° C), para condensar a umidade em uma gota de água. De acordo com Campos Fest, (2009, p. 35), “Os resultados da pesquisa apontam para um desequilíbrio nos índices de precipitação anual em algumas regiões do Brasil, no mês de Fevereiro. [...]”. Segundo ainda Campos Fest (2009),

[...] a cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, apresentou um volume pluviométrico 40% superior ao que é verificado anualmente na mesma época. Em Londrina (PR) o aumento foi de 50%, enquanto em Ribeirão Preto (SP) foi registrado um índice de precipitação 60% maior do que no ano passado (MOSS, Apud, CAMPOS FEST, 2009. p. 36).

Neste contexto, verifica-se a importância da divulgação dos estudos científicos por meio dos Livros Didáticos, objetivando a conscientização dos alunos da Educação Básica na questão de preservação da Floresta Amazônica. Atualmente a Região Sudeste do país, principalmente a cidade São Paulo, sofre com falta de água e chuvas torrenciais. Questões estas que merecem ser estudadas e debatidas nas salas de aula da Educação Básica e nas Universidades do país, contribuindo assim, com iniciativas a estudos científicos para a sustentabilidade ambiental da Floresta Amazônica. Segundo Campos Fest (2009, p. 37), “Moss acredita que as informações vão servir para mostrar até que ponto o desmatamento da Região Amazônica poderá afetar o clima no restante do Brasil [...]”.

Uma árvore de grande porte coloca cerca de 300 litros de água por dia na atmosfera. Sua retirada não atinge somente a Amazônia, mas todas as outras regiões para onde a água é transportada pelos ventos. Temos no Brasil cerca de 600 mil quilômetros de terras desmatadas nos últimos 30 anos. Ainda não sabemos mensurar com precisão o tamanho desse impacto sobre o clima, alerta. (MOSS, Apud, CAMPOS FEST, 2009, p. 37).

As publicações sobre os Conteúdo Geográficos mencionados são pesquisas científicas de cinco anos atrás, que poderiam estar citadas em todos os Livros Didáticos de Geografia, devido sua relevante importância nos meios acadêmicos. Entretanto, dos quarenta e seis Livros Didáticos de Geografia analisados neste trabalho, tão somente dois Livros Didáticos de Geografia abordaram essas pesquisas científicas por meio dos autores (LUCCI, 2013, p. 162-163); (JÓIA, 2013, p. 160).



Sendo assim, direcionou-se uma breve pesquisa para comprovar a importância do assunto e constatou-se que este foi questão de Concurso Público (Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho Fundação João Pinheiro - Governo de Minas Gerais - Concurso Público Vestibular/2015), e Vestibular da UNESP/2013.

## RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O questionário foi elaborado e aplicado com o objetivo de verificar o grau de conhecimento que os acadêmicos entrevistados tinham no momento da pesquisa (2015) em relação aos Conteúdos Geográficos abordados na pesquisa, visto que a maioria dos acadêmicos entrevistados eram alunos e alunas recém saídos do Ensino médio e que haviam utilizado os Livros Didáticos de Geografia analisados nesta pesquisa.

A primeira questão tratou das atualizações dos Livros Didáticos de Geografia. Nesta questão 10% dos acadêmicos questionados concordam que os Livros Didáticos estão atualizados, 25% não concordam que haja desatualização e 65% concordam parcialmente que os atuais Livros Didáticos de Geografia oferecidos pelo Ministério da Educação estão atualizados.

A segunda questão tratou sobre outras fontes de pesquisa, além dos Livros Didáticos. Sessenta e quatro por cento dos acadêmicos acham necessário pesquisar em outras fontes para conferir e aprofundar os conteúdos dos Livros Didáticos. As principais fontes citadas pelos acadêmicos foram os sites oficiais e artigos científicos.

A terceira questão tratava sobre quantos são os atuais Fusos Horários do Território Brasileiro (2015), 51% dos acadêmicos questionados erraram quantos são os atuais fusos horários do Brasil. Os fusos horários do Brasil são apresentados nos Livros Didáticos de Geografia da Educação Básica como sendo três fusos, mas a partir de 2013 o Território Brasileiro voltou a possuir quatro fusos horários.

A quarta questão do questionário foi composta por dois mapas: a alternativa (a) com um mapa proposto por Cintra (2013) e a alternativa (b) com imagem de um atual Livro Didático de Geografia com a seguinte pergunta. Qual o mapa abaixo que corresponde as Capitâneas Hereditárias do Brasil (Séc. XVI) que você conhece nos Livros Didáticos de Geografia?

Questionou-se com esta pergunta o conhecimento do novo mapa das Capitâneas Hereditárias do Brasil Século (XVI) proposto por Cintra (2013), constatando que somente 29% dos acadêmicos entrevistados têm conhecimento da nova formação das Capitâneas Hereditárias. A descoberta da divisão correta das Capitâneas Hereditárias do Brasil não é mencionada nos textos dos Livros Didáticos. Os acadêmicos que demonstraram possuir tal conhecimento, a fonte de pesquisa não foi o Livro Didático. Mas sim, outras fontes.

A quinta questão tratou sobre a “Amazônia Azul” demonstrando que 68% dos acadêmicos não têm conhecimento sobre este assunto. A pesquisa bibliográfica constatou que o conceito de “Amazônia Azul” foi divulgado por meio de um Livro Didático de Geografia para os alunos do 6º ano (PNLD-2014, 2015 e 2016). Mas

outras obras didáticas para a Educação Básica não abordam o assunto, incorrendo em desconhecimento para a maioria, conforme análise.

A sexta questão questionou os acadêmicos sobre os “Rios Voadores”, e que mostrou que 42% dos acadêmicos já ouviram falar em “Rios Voadores” por meio de Revistas de Publicações Científicas e/ou palestras nas Escolas e Universidades, mas 58% não sabem o significado de “Rios Voadores”. Este assunto também não foi encontrado nos Livros Didáticos de Geografia analisados na pesquisa. Apesar de ser uma Pesquisa Científica publicada em 2013, o assunto já poderia estar em pauta nos Livros Didáticos distribuídos à Rede Pública de Ensino em 2015, dinamizando assim o conhecimento dos estudantes.

A pesquisa de campo concluiu que a maioria dos Livros Didáticos de Geografia da Educação Básica aprovados para o período letivo de 2014-2016 para as Séries Iniciais (6º ao 9º ano), conforme Guia de Livros Didáticos PNLD 2014 e os Livros Didáticos de Geografia aprovados para o período letivo de 2015-2017 para o Ensino Médio (DOU de 1º de agosto de 2014, nº 146 p. 28), não estão atualizados, apresentam informações equivocadas e ignoram os Conteúdos Geográficos abordados nesta pesquisa.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia analisa as estruturas geográficas do Planeta em dois campos distintos, através da Geografia Física e da Geografia Humana, interagindo e complementando com outras Ciências.

A análise dos Livros Didáticos de Geografia aprovados no PNLD de 2014 (Ensino Fundamental) e PNLD de 2015 (Ensino Médio) distribuídos à Rede Pública da Educação Básica não correspondem às atuais informações geográficas no que diz respeito às questões abordadas na pesquisa, a saber: Fusos Horários do Território Brasileiro, Mapa das Capitanias Hereditárias, “Amazônia Azul” e “Rios Voadores”.

O profissional de educação, conforme análises dos dados dessa pesquisa, não estão respaldado pelas editoras dos Livros Didáticos, visto que demoram anos para receberem as atualizações das Pesquisas Científicas, sendo necessário, quando possível, conferir os textos em outras fontes para não incorrer em erros didáticos e prejuízos no ensino-aprendizagem de seus alunos.

O motivo de desatualizações encontradas na maioria dos Livros Didáticos de Geografia aprovados nos PNLDs de 2014 e 2015 da Educação Básica sobre alguns Conteúdos Geográficos, a nosso ver, são os critérios de revisões e substituições dos Livros Didáticos adotados pelo Ministério da Educação (MEC) para a Rede Pública de Ensino, haja vista, que as coleções de Livros Didáticos são revisadas trianualmente, não acompanhando assim, as divulgações das Teses ou/ Pesquisas Científicas.

Enfim, sugere-se aqui, com relativa veemência, um merecido estudo científico para adequação aos meios de atualizações dos Livros Didáticos de Geografia por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela educação brasileira para melhoria da qualidade dos Livros Didáticos da Educação Básica de todo o país,

visto que é do interesse de todos a boa formação na Educação Básica com melhor aproveitamento em nível superior.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme Mattos de. **A Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence**. In: Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) – N. 06 (Mar, 2007) – Rio de Janeiro: CEE – ESG, 2007 – p.17-31-36-56. Disponível em: [http://www.esg.br/images/Revista\\_e\\_Cadernos/Cadernos/CEE-006.pdf](http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Cadernos/CEE-006.pdf). Acesso em: 30 de agos. de 2015.
- CAMPOS FEST, Carlos Fortunato de. Nas Asas da Sustentabilidade. In: Revista: **Mercado Consumidor BR Nº 34 Ano 6 Março/Abril/Maio 2009**. p. 35-37. Disponível em: <http://www.br.com.br/wps/wcm/connect/e96d528043a7e0aea02aafec2d0136c/solucoesBR34.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 19 agos. de 2015.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. Artigo. **A Outra Amazônia**. In: Folha de São Paulo. 25 fev. 2004. p. 2/ A3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/02/25/2/>. Acesso em 06 agos. de 2015.
- \_\_\_\_\_. **A Outra Amazônia**. In: Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) – N. 06 (Mar, 2007) – Rio de Janeiro: CEE – ESG, 2007 – p. 13-14.
- CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o mapa das Capitânicas Hereditárias**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Na. Mus. Paul. Vol.21 no. 2 São Paulo July/Dec. 2013. p. 2-13-15. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci\\_artt ext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci_artt ext). Acesso em: 20 abr. 2015.
- DORATIOTO, Francisco. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Ano 9, nº 97. Outubro 2013. p. 43.
- GEOGRAFIA PARA TODOS. **Mapa Fusos Horários 2008/2013**. Figura 2. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/img/fusos%20horarios%20no%20brasil.jpg>. Acesso em: 18 agos. de 2015.
- GUERINO, Luiza Angélica. **Geografia: a dinâmica do espaço**. Curitiba: Positivo, 2013. p. 102.
- JOIA, Antonio Luís. **Geografia: leituras e interação, vol. 1**. – 1. ed. – São Paulo: Leya, 2013. p. 160.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 7. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.p. 43-44.
- LUCCI, Elian Alabi. **Território e sociedade no mundo globalizado**. 3: ensino médio. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva. 2013. p. 162-163.

MARTINS, Eliane M. Octaviano. **Amazônia Azul: Na iminência de expansão do território marítimo brasileiro**. 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/>. Acesso em 12 abr. 2015.

MEGID NETO; FRACALANZA. **O Livro Didático de Ciências: Problemas e Soluções**. In: *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 147, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/01.pdf>. Acesso em: 18 de agos. de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FNDE - Funcionamento**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>. Acesso em: 12 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resultado Avaliação Pedagógica PNLD 2015**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9161:resultado-avaliacao-pedagogica-pnld-2015>. Acesso em: 08 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo Resolução nº 42, de 28 de agosto de 2012**. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000042&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2012&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC). Acesso em: 31 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Calendário**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao/item/4510-calend%C3%A1rio-de-atendimento>. Acesso em: 11 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **PNLD - Guia de livros didáticos: Geografia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

OBSERVATÓRIO Nacional (ON). Decreto-lei nº 10.546, de 5 de novembro de 1913. Aprova o regulamento para execução da lei n. 2.784, de 18 de junho de 1913, sobre a hora legal. **Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos**. Disponível em: [http://www.on.br/conteudo/institucional/docs/base\\_juridica/decreto\\_10546.pdf](http://www.on.br/conteudo/institucional/docs/base_juridica/decreto_10546.pdf). Acesso em: 11 de mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. p. 5. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em 05 de agos. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/821233/decreto-7084-10#art-25>. Acesso em: 10 mai. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.662 de 24 abril 2008**. Disponível em: <http://pcdsh01.on.br/>. Acesso em: 07 agos. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **Portaria Nº 30, de 31 de julho de 2014**. In: *Diário Oficial da União*, p. 28. Seção I. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/73841188/dou-secao-1-01-08-2014-pg-28>. Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério das Ciências e Tecnologias: **Fusos Horários. Histórico**. Disponível em: <http://pcdsh01.on.br/>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PAIM, Maria Augusta. A Expansão da Amazônia Azul: a Plataforma Continental do Brasil além das 200 milhas náuticas. In: **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. – Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao\\_do\\_Direito\\_do\\_Mar.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf). Acesso em: 30 agos. de 2015.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Afiml, existem quantos fusos horários no Brasil?"; **Brasil Escola**. Disponível em <http://www.brasilecola.com/brasil/afiml-quantos-fusos-tem-brasil.htm>. Acesso em: 30 de agos. de 2015.

SENE, Eustáquio de. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalizado**. 2. ed. reform. -São Paulo: Scipione, 2013. p. 122.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. **Geografia em rede. 1º ano**. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2013. p. 168-169-170.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática geral**. – Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2011.p. 76. Disponível em: <http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/Didatica%20GeraI.pdf>. Acesso em: 18 agos. de 2015.

TAMDIJIAN, James Onnig. **Geografia: estudos para compreensão do espaço: 2º ano**. 2. ed. – São Paulo: FTD, 2013. p. 219.

\_\_\_\_\_. **Geografia: estudos para compreensão do espaço: 3º ano**. 2. ed. – São Paulo: FTD, 2013. p. 214.

TORRES, Luiz Carlos & FERREIRA, Hundrsen de S. **Amazônia Azul: A Fronteira Brasileira no Mar**. In: Revista Passadiço. Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 2005.

UNESP. Vestibular 2013. **Rios Voadores**. Disponível em: <[http://vestibular.unesp.br/pdf/2013/001\\_ConhGerais\\_V2.pdf](http://vestibular.unesp.br/pdf/2013/001_ConhGerais_V2.pdf)> . Acesso em: 14 abr de 2016. p. 16-17.

VEDOVATE, Fernando Carlo. **Projeto Araribá: geografia**. 6º ano – 3. ed. – São Paulo: moderna, 2010. p. 112-113.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na Escola**. Editora do Autor. São Paulo. 2008. p. 55. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/Acesso> em: 19 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de geografia crítica: história, epistemologia e (geo) política**. – São Paulo: Plêiade, 2009. p. 134.

Contato com o autor: Luiz Paulo Ferreira <luizpauloferreira2013@gmail.com>

Recebido em: 11/05/2016

Aprovado em: 11/09/2016